

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Douglas Souza Mantovani

**ESTUDO SOBRE A TRANSFERÊNCIA DA ESCOLA MILITAR DE REALENGO
PARA RESENDE E A INFLUÊNCIA DO IDEAL DO MARECHAL JOSÉ PESSÔA**

**Resende
2020**

Douglas Souza Mantovani

**ESTUDO SOBRE A TRANSFERÊNCIA DA ESCOLA MILITAR DE REALENGO
PARA RESENDE E A INFLUÊNCIA DO IDEAL DO MARECHAL JOSÉ PESSÔA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Ciências Militares, da
Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN,
RJ), como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Militares.

Orientador: Alexandre Neves Lemos Esteves – Cel.

Resende
2020

Douglas Souza Mantovani

**ESTUDO SOBRE A TRANSFERÊNCIA DA ESCOLA MILITAR DE REALENGO
PARA RESENDE E A INFLUÊNCIA DO IDEAL DO MARECHAL JOSÉ PESSÔA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Ciências Militares, da
Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN,
RJ), como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Militares.

Aprovado em ____ de _____ de 2020:

Banca examinadora:

**Alexandre Neves Lemos Esteves – Cel. PTTC
Orientador**

João Paulo Vital do Vale – Maj.

Elisa Motta de Souza Siqueira – 2º Ten.

Resende
2020

RESUMO

ESTUDO SOBRE A TRANSFERÊNCIA DA ESCOLA MILITAR DE REALENGO PARA RESENDE E A INFLUÊNCIA DO IDEAL DO MARECHAL JOSÉ PESSÔA

AUTOR: Douglas Souza Mantovani

ORIENTADOR: Alexandre Neves Lemos Esteves – Cel.

Esta pesquisa buscou detalhar a trajetória da Academia Militar das Agulhas Negras, desde a criação da Academia Real Militar, até a transferência do ensino militar da Escola Militar do Realengo para a Escola Militar de Resende. Para o desenvolvimento do trabalho, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica. Foram abordados os fatores históricos que culminaram na transferência da escola militar, bem como os motivos determinantes para a mudança e os aspectos que motivaram a escolha de Resende como sede da nova escola. Durante o desenvolvimento da pesquisa, destacou-se a relevância do Marechal José Pessôa Cavalcanti de Albuquerque como idealizador do processo de transferência. Além de sua participação na fundação da Escola Militar de Resende, o Marechal contribuiu com diversas implementações, como a criação de novos uniformes e do novo brasão. Identificou-se que a transferência da Escola Militar do Realengo para Resende foi motivada pela necessidade de retirar o ensino militar do centro político brasileiro, evitando o envolvimento de Cadetes nas movimentações políticas. A escolha de Resende para sediar a nova Escola baseou-se em fatores fisiográficos, como o clima ameno e abundância de água potável que a região dispunha, etc., e estratégico, visto que cidade se localiza entre São Paulo e Rio de Janeiro, destacados como centros comerciais. Deste modo, foi possível demonstrar, por meio desta pesquisa, a importância do Marechal José Pessôa na estruturação do ensino militar, bem como suas idealizações resultaram na melhoria das condições de ensino técnico e profissional na formação dos Oficiais do Exército Brasileiro.

Palavras-chave: Escola Militar do Realengo. Transferência. José Pessôa. Resende.

ABSTRACT

STUDY ON THE TRANSFER OF THE MILITARY SCHOOL OF REALENGO TO RESENDE AND THE INFLUENCE OF THE IDEAL OF MARSHAL JOSÉ PESSÔA

AUTHOR: Douglas Souza Mantovani
ADVISOR: Cel. Alexandre Neves Lemos Esteves

This research sought to detail the trajectory of the Military Academy of Agulhas Negras, from the creation of the Royal Military Academy, to the transfer of the Military School of Realengo to the Military School of Resende. For the development of the work, the bibliographic research method was used. The present work addressed the historical factors that culminated in the transfer of the military school, as well as the determining reasons for the change and the aspects that motivated the choice of Resende as the headquarters of the new school. During the development of the research, the relevance of Marshal José Pessôa Cavalcanti de Albuquerque as the creator of the transfer process was highlighted. In addition to his participation in the foundation of the Military School of Resende, the Marshal contributed several implementations, such as the creation of new uniforms and the new coat of arms. It was identified that the transfer of the Military School of Realengo to Resende was motivated by the need to withdraw military education from the Brazilian political center, avoiding the involvement of Cadets in political movements. Resende's choice to host the new School was based on physiographic factors, such as the mild climate and abundance of drinking water that the region had, etc., and strategic, since the city is located between São Paulo and Rio de Janeiro, highlighted as commercial centers. Thus, it was possible to demonstrate, through this research, the importance of Marshal José Pessôa in the structure of military education, as well as his idealizations resulted in the improvement of the conditions of technical and professional education in the training of Officers of the Brazilian Army.

Keywords: Realengo Military School. Transfer. José Pessôa. Resende.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Escola Militar da Praia Vermelha (EMPV)	11
Figura 2 - Escola de Guerra de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.	13
Figura 3 - EMR antes da reforma de 1920	15
Figura 4 - Quadro "O Contrato"	18
Figura 5 - Marechal José Pessoa.....	21
Figura 6 - Uniforme do cadete.....	23
Figura 7 - Brasão criado por José Pessoa.....	23
Figura 8 – Espadim	24
Figura 9 - Anteprojeto original, vencedor da concorrência	26
Figura 10 - Construção do Conjunto Principal vista de frente	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
EEM	Escola do Estado-Maior
EMB	Escola Militar Brasileira
EMPV	Escola Militar da Praia Vermelha
EMR	Escola Militar do Realengo
ESAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
MMF	Missão Militar Francesa
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 ANTECEDENTES À ESCOLA MILITAR DE REALENGO (EMR)	10
2.2 O PERÍODO DA ESCOLA MILITAR DE REALENGO (EMR)	15
2.3 A ERA DO COMANDANTE JOSÉ PESSOA	21
2.4 A CONCRETIZAÇÃO DO IDEAL	29
4 REFERENCIAL METODOLÓGICO E PROCEDIMENTOS	32
5 RESULTADO E ANÁLISE DE DADOS	33
5.1 RESULTADOS.....	33
5.2 ANÁLISE DE DADOS.....	34
6 CONCLUSÃO.....	35

1 INTRODUÇÃO

O marco inicial para a formação de oficiais de Exército foi a constituição da Real Academia Militar, aprovada pela Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810. Deste então, o ensino militar sofreu constantes modificações, abrigando como sedes de Escolas Militares, as cidades de Praia Vermelha, Realengo e Resende, no Rio de Janeiro, até Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Somente em 1944, houve a inauguração da Escola Militar de Resende. Mais tarde, em 1951 a escola recebeu o nome de como Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN, o qual permanece até hoje.

A Escola Militar de Realengo foi responsável pela formação de oficiais de 1912 até 1944. Porém, em 1930, após a nomeação do Coronel José Pessôa Cavalcanti de Albuquerque à Comandante da Escola Militar de Realengo, foram implementadas diversas modificações na formação dos Oficiais. Seu principal ideal era promover a mudança dos cursos militares para outra cidade. Logo, em 1931, o Comandante já buscava locais para a construção da nova Academia Militar, selecionando a cidade de Resende. O plano para a mudança começou a ser executado, com a seleção de anteprojetos para a construção do espaço. No entanto, com a destituição do Comandante em 1934, o plano foi esquecido e somente retomado em 1938, com o lançamento da Pedra Fundamental da nova Escola Militar.

É importante ressaltar que o Coronel José Pessôa, não se destacou apenas pela transferência da Academia Militar para Resende. Enquanto Comandante da EMR, esse oficial foi responsável por inúmeras benfeitorias. Seus feitos possibilitaram a revalorização do título de cadete, a produção de novos brasões e uniformes valorizando o Oficial, a criação do espadim do Cadete, que simboliza a honra militar, bem como a fundação do Corpo de Cadetes e apresentação do Estandarte. O Comandante também realizou reformas nos prédios da EMR, melhorando áreas comuns dos Oficiais, como refeitório, biblioteca, banheiros e dormitórios, a fim de promover uma formação digna ao Cadete. Também foi criado o Departamento de Educação Física, com a organização de corridas e competições, promovendo o aperfeiçoamento físico e atlético dos Cadetes.

Sabe-se que um dos problemas enfrentados para a manutenção da sede da Academia Militar no Realengo era a desordem política que ocorria no Rio de Janeiro. Essa questão também excluiu o Distrito Federal como possibilidade para sediar a nova Escola, em razão de ser palco de constantes conflitos políticos à época. Cabe, deste modo, apontar o fator determinante da transferência da Academia para outro local e identificar o pensamento que deu origem a este ideal, bem como quais critérios foram utilizados pela Comissão Executiva

da Nova Escola para a seleção do município de Resende, atento especialmente a seus aspectos físicos e geográficos.

Para a realização desta pesquisa foram utilizadas obras que buscassem reportar os principais feitos do Marechal José Pessôa, bem como relatar os aspectos históricos que fundamentaram a transferência da EMR para Resende, especialmente os livros de Jehovah Motta, *Formação do Oficial do Exército*, de 1811 até a mudança definitiva para Resende, em 1944, e do Tenente Coronel Hiram de Freitas Câmara, *Marechal José Pessôa - A Força de um Ideal*, exaltando todo trabalho realizado pelo Marechal.

A finalidade desta pesquisa é analisar os fatores históricos que acarretaram na transferência da Escola Militar do Realengo para Resende, em 1944. Para tanto, serão estudadas as sedes anteriores à AMAN, bem como a atuação do Coronel José Pessôa, o idealizador do projeto de transferência.

Resta dizer, que a mudança idealizada pelo Coronel José Pessôa foi altamente relevante, ceifando obstáculos existentes nas demais sedes. Ademais, as benfeitorias realizadas pelo Marechal resultaram na modificação da cultura militar acadêmica, perdurando até a presente data.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste Capítulo, serão abordados o histórico e aspectos que fundamentaram a modificação na Escola Militar do Realengo (EMR) no Rio de Janeiro, que resultou na criação da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em Resende.

2.1 ANTECEDENTES À ESCOLA MILITAR DO REALENGO (EMR)

Durante o período entre a criação da Real Academia Militar em 1810, e a transferência da EMR para Resende em 1944, o ensino militar sofreu constantes modificações. Para melhor compreensão, faz-se necessário identificar as principais instituições antecedentes à EMR e como elas influenciaram na mudança. Neste sentido, este tópico relata os aspectos históricos e políticos da Escola Militar da Praia Vermelha e suas sucessoras durante o período compreendido de 1905 a 1913, antecedente à EMR.

A Escola Militar da Praia Vermelha (EMPV) foi criada em 1874, no Rio de Janeiro, no entanto, desde o início de suas atividades, a EMPV possuía grupos de militares seguidores de vertentes positivistas que se posicionavam contra a elite imperial, participando, inclusive, de campanhas abolicionistas e republicanas. O Clube Militar, fundado em 1887, vice presidido por Benjamin Constant Botelho de Magalhães, influenciou alunos e oficiais recém-formados a conspirarem para uma possível liderança republicana e foi fundamental para a Proclamação da República no Brasil, que ocorreu em 15 de novembro de 1889, com um seleto grupo de oficiais comandados pelo general Deodoro da Fonseca (CASTRO E GAGLIARDI, 2009).

O ideal da EMPV era a união do ensino teórico ao ensino prático militar. No entanto, o Regulamento “Benjamin Constant” de 1890, instituído pelo Decreto nº 330 de 12 de abril de 1890, após a Proclamação da República, predominava o ensino científico, motivo pelo qual foi duramente criticado. Ele apresentava o conceito do novo ensino militar republicano, destacando a intenção de formação de soldados com posicionamento político, denominado soldado-cidadão representando “tendências sociais renovadoras que emanavam, majoritariamente, dos escalões inferiores da instituição castrense, (...)” (MARCUSO, p. 43 2012).

Somente através do Regulamento de 1898, o Decreto nº 2.881 de 18 de abril de 1898, houve a regulamentação do estudo prático das três armas combatentes admitidas pelas Forças Armadas, sendo elas a Infantaria, Cavalaria e Artilharia, incluindo ainda os cursos de

Engenharia Militar e de Estado Maior. O decreto também extinguiu as demais escolas militares existentes no país à época tornando a EMPV a Escola Militar do Brasil (EMB) (RODRIGUES, 2016).

A figura abaixo retrata a estrutura do prédio da EMPV.

Figura 1 - Escola Militar da Praia Vermelha (EMPV)



Fonte: fotografia de Eduardo Bezerra (1888).

Na EMPV, o professor possuía autonomia para solucionar conflitos ocorridos durante o curso. Os métodos de ensino eram aplicados de acordo com suas convicções, com uma margem de liberdade. Para verificação de aprendizagem, era facultado ao professor realizar um interrogatório do aluno (MASCUSSO, 2012).

O acesso dos oficiais à Escola Militar Brasileira era feito por meio de curso preparatório de três anos realizado nas próprias escolas militares. O candidato deveria possuir de quinze a vinte e um anos para realização da matrícula e de alistamento voluntário, bem como saber ler e escrever, ser admitido na inspeção de saúde. Também era necessário possuir bom comportamento e aptidão para o militarismo, finalizando o processo de matrícula com a autorização do Ministério da Guerra, após a aprovação do curso preparatório destaca Rodrigues (2016).

O ingresso após a matrícula nos cursos ofertados pela EMPV e aprovação no curso preparatório, admitia alternativas, conforme cita Rodrigues (p.89, 2016):

Após obter aprovação total no curso preparatório, o aluno podia automaticamente matricular-se nos cursos de Infantaria e Cavalaria. No entanto, havia alternativas para ingressar nesses cursos. Uma delas era o candidato apresentar certificado que comprovasse aprovação para escolas superiores. Nesse caso, porém, o candidato precisava submeter-se a alguns testes e frequentar um ano de exercícios práticos na Escola Militar. Para ser oficial de artilharia, o aluno deveria primeiro ter concluído o

curso de Infantaria e Cavalaria numa Escola Militar e depois recebia as instruções teóricas e práticas na Escola Superior de Guerra, que funcionava no Rio de Janeiro, sob o regime de externato. Além da Artilharia, a Escola Superior de Guerra formava oficiais de estado-maior e engenheiros militares. Esses cursos eram destinados aos oficiais-alunos que concluíssem o curso de Artilharia e frequentassem mais dois anos de estudos. Os alunos que concluíssem o curso de Estado-Maior e de Engenharia Militar recebiam o grau de bacharel em matemáticas e ciências física, desde que comprovassem também aprovação em latim, filosofia e retórica. [...]

Entretanto, a participação de oficiais e alunos nas campanhas republicanas e abolicionistas, resultou em uma série de revoltas. A primeira delas ocorreu em 1895, quando os estudantes realizaram um manifesto contra as autoridades, acarretando na expulsão de diversos alunos e a última em 1904, em razão do cenário político agitado em decorrência da aprovação de lei que determinava a vacinação obrigatória contra a peste-bubônica, atrelada à conspiração para um golpe no Estado. No dia 14 de novembro, o General Silvestre Travassos, assumiu o comando dos alunos e ordenou a revolta armada, conhecida popularmente por Revolta da Vacina Obrigatória (MOTTA, 2001).

A Revolta da Vacina Obrigatória resultou no fechamento da escola. Em dezembro de 1904, foram publicadas três listas pelo Estado-Maior do Exército, contendo a relação de oficiais envolvidos no conflito. A primeira, de alunos cujo envolvimento na revolta não fora comprovado, contendo 110 nomes; a segunda com 275 nomes, os quais foram excluídos dos quadros do Exército; e a terceira apontava os responsáveis pelo movimento, entre eles 15 oficiais, relata Marcusso (2012).

O fechamento da EMPV resultou na transferência da sede da escola militar para um subúrbio no Rio de Janeiro e outras duas escolas no Rio Grande do Sul, a fim de afastar os alunos do caos político que assolava a capital. Desta forma, após a Revolta da Vacina Obrigatória, criou-se um novo Regulamento em 1905. O Decreto nº 5.698, de 02 de outubro de 1905, assinado pelo Presidente da República Rodrigues Alves e pelo Ministro da Guerra, General Francisco de Paula Argolo, tinha o objetivo de evitar acontecimentos como o ocorrido em 1904. Uma das principais mudanças proporcionadas pelo Regulamento foi a criação de outras instituições militares, promovendo a redistribuição dos cursos, e, conseqüentemente a descentralização do ensino militar (MARCUSO, 2012). O Regulamento de 1905 estabelecia a constituição de Escolas Regimentais, Escola de Guerra, Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, Escola de Artilharia e Engenharia, Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia e Escola de Estado-Maior.

Cabe salientar que, embora o Regulamento previsse a descentralização do ensino militar, a Escola de Guerra, fundada em 1906, no Rio Grande do Sul concentrava a maior

parte dele, com a finalidade de ofertar um ensino teórico e prático aos oficiais (MARCUSO, 2012). A imagem abaixo expõe o prédio da Escola de Guerra.

Figura 2 - Escola de Guerra de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.



FONTE: fotografia de Hugo Freyler (1911).

Além da Escola de Guerra, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, responsável pelo ensino militar teórico e prático, foram criadas a Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria (Rio Pardo - RS), destinada aos alunos aprovados nas disciplinas da Escola de Guerra, com duração de 10 (dez) meses, condecorando o aluno a aspirante a oficial ao fim do curso; e as Escolas de Artilharia e Engenharia (Realengo) para aprendizagem em artilharia e engenharia, com duração de 2 (dois) anos e 3 (três) anos, respectivamente, e Aplicação de Artilharia e Engenharia, aprofundando os estudos de artilharia e engenharia, com duração de 10 (dez) meses, ambas no Rio de Janeiro (RODRIGUES, 2016).

Ademais, o novo Regulamento trouxe a implementação de novas regras, descritas por Rodrigues (p.90, 2016):

[...] primeiro, matrícula exclusiva de praças de *prét (sic.)* (recrutas) na Escola inicial (Escola de Guerra) que já tivessem pelo menos seis meses de efetivo serviço em um dos corpos do Exército; segundo, ter revelado aptidão para o serviço militar e ser de conduta irrepreensível, o que seria atestado pelo respectivo comandante de corpo; terceiro, ter a precisa robustez física, provada em inspeção de saúde a que seria submetido na Escola antes da matrícula; quarto, ter mais de 17 e menos de 22 anos de idade; quinto, ser solteiro ou viúvo sem filhos; sexto, não seria mais permitida a matrícula de oficiais; sétimo, extinção do título de alferes-aluno (Art. 205, do REM, de 1905), vantajosamente substituído [...] pelo título de Aspirante a Oficial [...]; e por último, criação da patente de Aspirante a Oficial, [...], cuja ordem hierárquica dentro do Quadro de Oficiais do Exército seria disposta ao aluno que concluísse a Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, por ordem de merecimento intelectual.

No entanto, as modificações adotadas pelo Regulamento de 1905, não trouxeram mudanças significativas no ensino militar em relação ao Regulamento de 1898, atribuindo, desta forma, um caráter de continuidade dos regulamentos anteriores, visto que o novo Regulamento imitava a mesma forma de organização do ensino militar, com curso básico e de especialização, desde a Proclamação da República (ROESLER, 2015).

Nos anos seguintes ao Regulamento de 1905, o Ministério de Guerra foi comandado pelo Marechal Hermes da Fonseca que, durante o exercício de suas funções, realizou modificações na estrutura do ensino militar que, segundo Roesler (p.61-63, 2015):

[...] promoveram a reorganização do Exército aos moldes modernos para a época, o aumento dos efetivos, a construção da Vila Militar no Rio de Janeiro, a elaboração de regulamentos de emprego das Armas, instrução dos quadros e da tropa, [...], a adoção do serviço militar obrigatório por sorteio, a reorganização do Exército em novo agrupamento de corpos, a reorganização do Estado-Maior, a aquisição de armamentos e o reaparelhamento das fábricas.

Ademais, era louvável a atuação do Barão do Rio Branco, durante o mandato de Hermes da Fonseca, uma vez que o diplomata aconselhou o envio de oficiais brasileiros para realização de uma missão militar estrangeira no Exército Alemão, – considerado um modelo frente à época, a fim de promover o efetivo treinamento das tropas. Desse modo, foram enviadas 3 (três) turmas à Alemanha, nos anos de 1906, 1908 e 1910. O último grupo enviado em 1910 com 16 (dezesesseis) oficiais, retornara 2 (dois) anos após, em 1912 e contava com a participação dos tenentes Bertoldo Klinger, César Augusto Parga Rodrigues, de Artilharia, e Estevão Leitão de Carvalho, de Infantaria, que, em uma de suas correntes discussões, idealizaram a fundação de uma revista para contribuir com a formação técnica dos oficiais militares brasileiros (MARCUSO, 2012).

A revista recebeu o nome de *A Defesa Nacional* e foi criada no dia 20 de setembro de 1913, inspirada na revista alemã *Militaer Wochenblatt*. Por meio do exemplar, um grupo de militares buscava o fortalecimento das polícias estaduais e da Guarda Nacional, em função de seus interesses políticos, temendo a ascensão do Exército. Em razão disto, a revista também ficou conhecida como *Jovens Turcos*, em alusão a um grupo de jovens oficiais turcos que buscavam a reforma das forças armadas turcas, através de uma revista também chamada *A Defesa Nacional* (ROESLER, 2015).

As movimentações quanto à realização de modificações no Regulamento de 1905, se iniciaram em 1911, por Hermes da Fonseca, enquanto Presidente da República, e em maio, foi

requerida à Câmara de Deputados, a autorização para a realização de reformas nos institutos militares de ensino (MOTTA, 2001).

2.2 O PERÍODO DA ESCOLA MILITAR DO REALENGO (EMR)

A Escola Militar de Realengo (EMR) era responsável, desde o ano de 1905 pela ministração dos cursos militares de Artilharia e Engenharia, quadro que perdurou até o ano de 1912. A partir de 1913, em virtude da constituição de um novo Regulamento, estabelecendo a unificação das escolas militares, foi incorporado ao ensino da referida escola, os cursos de Cavalaria e Infantaria, cenário que se manteve até a sua extinção, em 1944 (VIANA, 2010).

A figura abaixo mostra o prédio em que era localizada a EMR antes das reformas realizadas no ano de 1920.

Figura 3 - EMR antes da reforma de 1920



FONTE: VIANA, 2010, p. 92.

Nos tópicos seguintes, serão abordados os principais Regulamentos que contribuíram para os avanços no ensino militar, durante a duração da EMR até a sua extinção.

O Regulamento de 1913 foi instituído pelo Decreto nº 10.198, de 30 de abril de 1913 e teve alguns artigos alterados pelo Decreto nº 10.832, de 28 de março de 1914, sendo chamado por Regulamento 1913-1914. A sua principal alteração foi a diminuição do número de escolas, passando de quatro para duas, concentradas no Realengo, no Rio de Janeiro (MARCUSO, 2012).

Desta forma, foram criadas a “Escola Militar” e a “Escola Prática”, ambas em Realengo-RJ. Houve uma mudança significativa na grade curricular das escolas, com a implementação do ensino fundamental, com duração de dois anos, indicado a todos os alunos

e mais quatro cursos de especialização, Cavalaria e Infantaria com duração de um ano e Artilharia e Engenharia dois anos (ROESLER, 2015).

Os principais aspectos que motivaram a decisão de centralizar as escolas militares apenas em Realengo foram geográficos e administrativos. Geográfico pois o bairro era localizado na área rural do município, com baixo índice ocupacional, possuindo espaço para realização das aulas práticas e de manobras táticas. Administrativo em razão da pluralidade de escolas, que dificultava a aplicação eficiente das novas regras do Regulamento, onde a centralização estreitaria a fiscalização no funcionamento das instituições pelo Ministério de Guerra. Deste modo, o programa didático de ensino se subordinaria ao chefe do Estado Maior do Exército, e as questões administrativas e disciplinares, competiriam ao Ministro da Guerra, conforme Marcusso (2012).

Em relação aos requisitos para a efetuação da matrícula na EMR, Rodrigues (p. 91, 2016) expõe as condições:

O regulamento de 1913 manteve como condição essencial à matrícula na escola de formação de oficiais a exclusividade de o candidato ser praça de *prét* (sic), aqueles militares que tivessem no mínimo seis meses de serviço na tropa, os quais comporiam as companhias de alunos da Escola Militar. Além disso, o candidato à seleção deveria preparar um requerimento a ser apresentado na secretaria da Escola Militar, até 31 de janeiro de cada ano, dirigido ao Ministro da Guerra, junto com os seguintes documentos: certidão de nascimento, provando ser o candidato maior de 17 e menor de 21 anos; documento provando que o candidato era solteiro ou viúvo, sem filhos; certificado de que o candidato não sofria moléstia contagiosa ou infectocontagiosa; certificado de vacinação; atestado de boa conduta; e, atestado de aprovação nas seguintes matérias, caso fosse oriundo de um dos colégios militares: português, francês, inglês ou alemão, física e química e noções de mecânica, história natural, geografia geral, história geral, corografia, história do Brasil, aritmética, álgebra elementar, geometria, trigonometria retilínea, e desenho linear.

No entanto, o cenário da Primeira Guerra Mundial, refletia a necessidade de novos ajustes no ensino e na estrutura das escolas militares. Destarte, em 1918 começou-se a especular sobre a criação de um novo Regulamento, especialmente em razão das críticas apontadas pela revista *A Defesa Nacional* quanto à profissionalização e formação dos oficiais do Exército (ROESLER, 2015).

O fim da Primeira Guerra Mundial foi marcado no Brasil pela constituição do Regulamento de 1918, através do Decreto nº 12.977, de 24 de abril de 1918 e refletia três ideais essenciais, segundo Motta (p. 250, 2001): “a) recolher as lições da guerra que findava; b) acentuar o predomínio, no currículo, do ensino profissional militar; 3) adotar procedimentos e normas defendidas pelos oficiais que estagiaram na Alemanha”.

A reforma do ensino militar, com o Regulamento de 1918, foi uma versão atualizada do Regulamento de 1913, tendo como finalidade priorizar o ensino prático em relação ao teórico. As escolas militares continuaram a funcionar como internato e sua grade curricular passou a ser composta por cinco cursos, o ensino fundamental, que englobava todas as armas e mais quatro especiais, destinados a cada uma das armas especificamente (RODRIGUES, 2016).

É importante ressaltar que o Regulamento também trouxe inovações em relação ao anterior, como descreve Motta (p. 251, 2001):

1) Extinção da Escola Prática; 2) a presença no currículo de um maior número de disciplinas diretamente relacionadas com o ensino profissional, e uma maior ênfase no ensino da História Militar do Brasil, do Armamento, da Tática e do Serviço em Campanha; 3) valorização das disciplinas militares através do uso de coeficientes diferenciados nas notas de fim de curso; 4) regime militar de mais amplo enquadramento com a organização de um Corpo de Alunos com unidades das quatro Armas, sob o comando do comandante da Escola; 5) subordinação didática ao Estado-Maior do Exército e; 6) instituição de provas práticas a que se deveriam submeter os oficiais candidatos a instrutor.

Ademais, foi o Regulamento de 1918, que definiu as regras para a Missão Francesa Militar, que recebeu a alcunha de Missão Indígena, pioneira na instrução nacional das escolas militares. O ensino prático, descrito por Roesler (p.71, 2015), deveria ser “ministrado por quatro capitães instrutores (um de cada arma) e 13 subalternos auxiliares, sendo quatro de infantaria, três de cavalaria, três de artilharia e três de engenharia, todos com o curso das armas”, como disposto no artigo 99 do referido Regulamento. Desta forma, foi aberto um processo seletivo para composição do novo quadro de instrutores, ocorrendo suas nomeações ainda no ano de 1918.

Através do Decreto nº 13.574, de 30 de abril de 1919, foi criado o Regulamento de 1919, com a finalidade de aperfeiçoar o de 1918, definindo a ministração de conteúdo, no ensino militar, que possibilitasse o alto desempenho nas funções de oficial de tropa em cada uma das quatro armas, até o posto de capitão, e o predomínio do ensino prático em relação ao teórico, conforme explica RODRIGUES (2016).

Embora o Regulamento de 1919 copiasse em diversos aspectos o de 1918, especialmente no que concerne à didática de ensino, este trouxe inovações importantes como a padronização do tempo de estudo em todas as áreas militares (Artilharia, Engenharia, Infantaria e Cavalaria) em 03 (três) anos. Ele permitiu, enfim, a predominância da instrução militar, cobiçada desde o Regulamento de 1905, com escolas que seguiam padrões firmemente militares (MOTTA, 2001).

Foi também em 1919, a contratação da Missão Militar Francesa de Instrução, com o objetivo de aprimorar o ensino nas instituições militares do Exército Brasileiro. A formalização do contrato ocorreu em 08 de setembro de 1919, no entanto, somente em março de 1920 os primeiros instrutores desembarcaram no país e eram comandados pelo General Maurice Gamelin. Os principais aspectos abordados no contrato diziam respeito à duração da missão, definida em 04 (quatro) anos, com possibilidade de rescisão individual após dois anos e de renovação, os vencimentos dos membros que compunham a missão, que eram divididos segundo a patente e a função exercida. Também permitiu a criação de cursos de especialização para oficiais, através da fundação de escolas especializadas, como a de Aviação, de Veterinária, de Intendência e Administração, e de aperfeiçoamento como a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e a Escola de Estado-Maior (MARCUSO, 2012).

Figura 4 - Quadro "O Contrato"



FONTE: MALAN (2019).

É importante ressaltar que a MMF foi responsável por diversas mudanças e, conforme MALAN (2019, p.2), pela:

[...] introdução e o ensinamento de elementos universais para o estudo do problema tático, os chamados fatores da decisão militar: a missão, o inimigo, o terreno e os meios. Assim os missionários franceses encarregavam-se de reorientar a doutrina do Exército, elaborar novos regulamentos e aperfeiçoar o ensino e a instrução militar. Sua ação resultou na reformulação das missões do Estado-Maior do Exército (EME) e na criação da Escola de Aviação Brasileira no Campo dos Afonsos, embrião da Força Aérea Brasileira (FAB).

No entanto, na madrugada de 5 de julho de 1922, a EMR revoltou-se em união ao grupo do Forte de Copacabana. A Revolta do Forte, comandada pelo tenente-coronel Euclides Hermes da Fonseca, buscava o fim da República Velha e do sistema oligárquico. A disputa para a presidência do país, entre Nilo Peçanha, apoiado por militares e Artur Bernardes, de Minas Gerais, também motivaram a revolta. Embora tenha durado apenas algumas horas, a participação dos oficiais no conflito, resultaram em severas consequências como a “exclusão da quase totalidade dos alunos da Escola, a substituição do comando e o afastamento imediato de todos os instrutores que tivessem vínculo com a Missão Indígena” (ROESLER, 2014, p.13).

No fim do ano de 1922, Artur Bernardes assumiu a presidência do país e nomeou como Ministro de Guerra o General Setembrino de Carvalho, que em seu primeiro relatório, já enfatizava a necessidade da constituição de um novo Regulamento, almejando uma reforma no ensino militar, especialmente quanto às exigências da cultura geral dos oficiais (MARCUSO, 2012).

Decretado em fevereiro de 1924, o novo Regulamento manteve a estrutura dos cursos definida desde 1913, o ensino fundamental com duração de 02 (dois) anos e o ensino especial, um para cada Arma, em 01 (um) ano, totalizando 3 (três) anos. Ambos os cursos abordavam o ensino prático e teórico-prático. O curso fundamental englobava o ensino geral e o militar. O ensino geral englobava disciplinas como Matemática, Ciências, Topografia, Direito e Legislação Militar, entre outras. O ensino militar abordava as matérias de Balística Interna e Externa, Aplicação da Física, da Química e da Mecânica à Técnica Militar, conforme Motta (2001).

O caminho a ser percorrido durante a duração do curso militar é descrito por Motta (2001, p.272), sendo que:

[...] no primeiro ano, trata-se de “preparar a instrução do soldado e habilitar para o comando do grupo e do pelotão”; no segundo, amplia-se e consolida-se esta instrução; no terceiro ano, isto é, no ano da especialização das Armas, remata-se a preparação militar, de forma a que o aluno, ao terminar o curso, seja “um instrutor competente e disponha dos conhecimentos que lhe serão indispensáveis até o posto de capitão”.

O Regulamento também trouxe mudanças no processo de matrícula dos aspirantes ao curso militar. Os requisitos são apontados por Rodrigues (2016, p.93), devendo o candidato

[...] ser brasileiro nato, solteiro e ter mais de 16 e menos de 22 anos; ter observado boa conduta anterior atestada pela autoridade policial do distrito em que residir, e

possuir as condições de honorabilidade que afixassem sua situação de futuro oficial, conforme certificado de pessoas respeitáveis, inclusive de oficiais do Exército que conhecessem seus antecedentes; ter o curso dos colégios militares, ou possuir atestado de aprovação nas matérias feitas em estabelecimentos cujos exames preparatórios fossem considerados válidos para a matrícula nos institutos superiores de ensino, ou a eles equiparados. (...) os candidatos à matrícula na Escola Militar passaram a ser submetidos à rigorosa inspeção de saúde e a concurso de admissão.

A Missão Militar Francesa também se fez presente no Regulamento de 1924, visto que o curso de Tática Geral e História Militar seriam ministrados por um oficial estrangeiro contratado. Este oficial deveria apresentar ao comandante o programa das matérias mencionadas, através da emissão de pareceres concernentes ao ensino prático (MOTTA, 2001).

Segundo MarCUSO (2012), nos anos seguintes, manteve-se o clima pacífico nas instituições de ensino militar. Em 1928, houve a promulgação da Lei do Ensino Militar, determinando que todas as escolas de ensino militar se sucumbiam às mesmas regras. A sua finalidade era a padronização e organização do ensino nas instituições militares, atendendo aos níveis de ensino profissional, bem como sua cultura geral, ou ensino científico. A Lei era composta por apenas 11 (onze) artigos e classificava já em seu artigo primeiro, o ensino militar em nível primário, secundário e superior. Nas escolas de nível superior (EMR), criou-se a Escola de Engenharia Militar, possibilitando a formação de engenheiros-artilheiros, engenheiros eletrotécnicos, engenheiros-químicos e engenheiros de construção. Também fundou as escolas de especialização (Centro de Artilharia de Costa e Centro de Instrução das Transmissões) e de aperfeiçoamento (ESAO e EEM). A Lei também determinou a revisão em seus Regulamentos, resultando na decretação do Regulamento de 1929.

O Regulamento de 1929 foi o último Regulamento da Primeira República, anterior à Revolta de 1930, que determinou o fim da República Velha. Sua principal modificação, em relação ao de 1924, foi a redistribuição da duração do curso, sendo 1 (um) ano para o ensino fundamental e 02 (dois) anos para cada uma das Armas, totalizando 3 (três) anos de formação. O Regulamento também dispôs sobre os candidatos à Aviação Militar, com aulas de apenas parte do ensino fundamental e os conhecimentos específicos da nova Arma, seriam ensinados na Escola de Aviação Militar (RODRIGUES, 2016).

É importante ressaltar, que embora o período de duração dos cursos fundamental e especial tenha sido remanejado, não houveram modificações no quadro de disciplinas, nem na didática de ensino, mantendo as diretrizes do Regulamento de 1924 (MOTTA, 2001).

2.3 A ERA DO COMANDANTE JOSÉ PESSÔA

Na presente seção, será abordada as idealizações do Comandante, bem suas criações, que contribuíram efetivamente para a formação militar brasileira.

Figura 5 - Marechal José Pessôa



FONTE: Marechal José Pessôa: o ideal alcançado. (CÂMARA, 2012).

A Revolução de 1930 foi um conflito armado, comandado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, resultando no golpe de Estado, que depôs o então Presidente da República Washington Luís em 24 de outubro de 1930 e conduziu Getúlio Vargas à Presidência, pondo fim à Primeira República ou República Velha. Os principais fatores que motivaram esta Revolta foram a grave crise econômica que assolava o país, os constantes conflitos políticos, a ampliação das classes sociais, entre outros (CANCIAN, 2014).

Em consequência da Revolução, houve a prisão e destituição do Ministro de Guerra, o General de Divisão Nestor Sezefredo dos Passos e nomeação do General de Brigada José Fernandes Leite de Castro, para assumir o cargo, que, por sua vez, definiu como Comandante da EMR, o Coronel José Pessoa. Em seu discurso de posse, datado e publicado no *Boletim Escolar* nº 13 em 15 de janeiro de 1931, o Coronel traçou tópicos para a reforma do ensino militar, como transcreve Rodrigues (2016, p. 94):

CADETES: O dever que o Exército tinha a cumprir para com a República já está consumado. Disso sabeis, perfeitamente, pela contribuição que vos coube na jornada de abnegação e renúncia que culminou com a gloriosa arrancada de 24 de outubro. Vossa contribuição, nos moldes da feição técnico-profissional (sic.) da Escola Militar do presente, traduziu a medida justa do vosso valor, em nada menor ao da

Escola Militar do passado. [...] Mas a Revolução não terminou ainda, eis a palavra de ordem do momento. E é exacto (sic.). A República está salva, resta salvar a Nação. Redimir a República foi o meio, engrandecer a Nação é o único e verdadeiro fim. Em seguida, reuni a necessária documentação para fundamentar remodelação integral por que passará a Escola Militar. WEST-POINT, SAINT-CYR, SANDHURST, serão os moldes de onde sahirão (sic.) as linhas geraes (sic.) da reforma dos processos de vossa formação militar. Disto já vos posso dizer alguma coisa. A formação do official (sic.) brasileiro em seu primeiro lance na Escola Militar, terá como base a educação physica, como meio a cultura geral scientifica (sic.) e como fim a mais rigorosa preparação profissional. Desse tríptico aspecto resultarão, seguramente, as qualidades Moraes indispensáveis ao officialato (sic.) e que deveis cultivar desde já.

O objetivo do Coronel, enquanto Comandante da EMR, era promover a reestruturação do ensino militar, baseando-se nos modelos americano, francês e inglês, de modo a oferecer aos cadetes um ambiente puro, nos aspectos físico, moral e social. Suas ações resultaram em melhorias nos refeitórios, dormitório, bibliotecas, criação de espaços para lazer, entre outros. Também introduziu aos aspirantes códigos de honra e disciplina, estimulando ainda, o hábito de convivência entre os alunos (MOTTA, 2001).

Durante o Comando da Escola Militar do Realengo (EMR) o General José Pessoa foi responsável por diversas inovações na instrução militar.

Em 1931, o Comandante entendeu ser necessária a criação de um fardamento definitivo para os futuros oficiais, que possibilitaria o destaque dos cadetes do Exército ante aos demais militares, fixando, desta forma, um plano para a confecção do novo uniforme, descrito por Câmara (1985, p. 62-64),

[...] fixar vosso plano de uniforme, calcando-os nos seguintes princípios: 1) Fardar-se o Cadete de modo inconfundível; 2) Restabelecer-se, embora respeitando as linhas gerais dos uniformes contemporâneos, os liames históricos do Cadete Militar; 3) Procurar o restabelecimento desses liames históricos notadamente pelos atributos e emblemas de nossa indumentaria militar tudo enquadrado nos mais severos princípios da heráldica. Desse modo que: a) O plano de uniformes dos Cadetes da Escola Militar se tornou excêntrico ao plano de uniformes do Exército, como se faz por toda parte, escapando assim os Uniformes do Cadete a quaisquer semelhanças com os uniformes da Armas ou Serviços; b) Reaparecem nos uniformes do Cadete as charlateiras de palma e palmatoria escarlata e ouro, o Espadim e o Emblema simbólico para a cobertura, do mesmo modo a cor azul turquesa retomou marcado relevo em seus uniformes; c) Para ligar os uniformes do Cadete ao Exército do passado tão adotados a barretina de 1852 e, como distintivos de ano, os antigos cordões com palmatórias e borlas, usados durante todo Império.

Deste modo, foi criado o novo uniforme para os oficiais. A nova farda apresentava traços históricos relacionados à história do ensino militar. Notou-se, que os uniformes estariam relacionados ao período compreendido entre 1852 e 1860. O novo fardamento trazia

a cor azul-ferrete, uma barretina inspirada no uniforme do Batalhão de Fuzileiros de 1852 e cordões com palmatórias que se referenciavam ao Império (CÂMARA, 1985).

Figura 6 - Uniforme do cadete



FONTE: Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN. Disponível em:
<<https://www.flickr.com/photos/amanoficial/albums/>>.

O Comandante também foi responsável pela criação de um novo brasão. Desse modo, o original estampado no Estandarte do Corpo de Cadetes foi desenhado por J. Wash Rodrigues. Câmara (1985, p.69) descreve as características do novo brasão, que possuía:

[...] um escudo orlado de azul-turquesa, tendo, em campo de ouro, o perfil estilizado das Agulhas Negras e, em abismo, uma torre de ouro. O mote inicial, Escola Militar, posteriormente foi substituído por Agulhas Negras, em azul fitão em ouro; a estrela representativa da Escola, em outro; na parte inferior, lanças e fuzis em riste e um canhão por trás do terço inferior do escudo, por sua vez emoldurado com folhas de carvalho em sua própria cor.

A imagem abaixo evidencia os aspectos do brasão idealizado pelo Comandante.

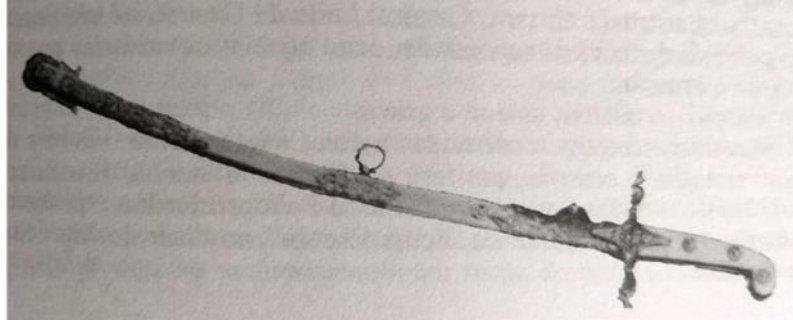
Figura 7 - Brasão criado por José Pessoa



FONTE: Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN. Disponível em:
<<https://www.flickr.com/photos/amanoficial/41004772640/>>.

Após a confecção do novo brasão e dos novos uniformes, o Comandante elegeu em 1932, o espadim, uma arma simbólica, para representar a servidão militar dos futuros Oficiais. O espadim é uma inspiração da espada de campanha de Caxias (CÂMARA, 1985).

Figura 8 – Espadim



FONTE: Livro Marechal José Pessoa – A Força de um ideal (CÂMARA, 1985, p.77)

A primeira cerimônia de entrega do espadim aos Cadetes ocorreu em 15 de dezembro de 1932, prestando o chamado “Compromisso do Espadim”, rito que perdura atualmente, todos os anos, nas novas gerações de Cadetes (CÂMARA, 1985)

É importante ressaltar a importância do símbolo, não só em razão de sua homenagem ao sabre de Caxias, mas pelo o que ele representa para a formação dos Cadetes. Nas palavras do Comandante José Pessoa, o espadim corresponde “a um talismã, guiando-os para uma vida de grandes sucessos, de amor ao Exército e de fidelidade à sua Pátria”, destaca Câmara (1985, p.73)

Considerado a principal criação da reforma idealizada pelo Comandante José Pessoa, o Corpo de Cadetes foi fundado em 1931 e representava a constituição da organização coletiva na formação de Cadetes da EMR. Era composto pelo Batalhão do 1º ano, subdividido em Companhias, Pelotões e Subunidades das Armas (CÂMARA, 1985).

Segundo Motta (2001, p. 286), a criação do Corpo de Cadetes permitiu a constituição de uma nova imagem ao Cadete, enfatizando “suas conotações de distinção social, enriquecida de místicos fervores, ante o altar da Pátria”, descartando a visão simplória do aluno militar.

A celebração solene da criação do Corpo de Cadetes ocorreu no dia 25 de setembro de 1931, dia em que também se comemorava o Dia do Soldado e o nascimento de Duque de Caxias. Na mesma cerimônia, houve a apresentação do estandarte azul-turquesa do Corpo de Cadetes, condecorando a cerimônia (CÂMARA, 1985).

Já em busca de um local para a construção da nova Escolar Militar, o Coronel José Pessoa sugeriu a criação da Comissão Executiva da Nova Escola. Paralelamente foi criada

uma pequena comissão, nomeada de “Pequena Cruzada” presidida pelo referido Coronel e composta pelos Capitães Mário Travassos e Alexandre Chaves. A Comissão possuía a tríplice missão para escolher o local da nova Escola, elaborar o projeto para execução da obra e fiscalização da execução do referido projeto (CÂMARA, 1985).

Foram definidos quatro fatores básicos, durante a vigência da Comissão, traçados para definir a localização da nova Escola, de acordo com os critérios fisiográfico, social, político e militar, apontados por Câmara (1985, p. 115) como:

[...] clima ameno, vizinhança de curso de água compatível com a realização de exercícios militares e variedade topográfica; proximidade de centro social interiorano, homogêneo, não muito afastado do Rio ou São Paulo; área com espaço suficiente e com terrenos variados para a instrução militar; estar situado fora de centros e polarização política (em especial, da Capital Federal).

Dessa forma, foram cogitadas para abrigar a nova Escola, as cidades de Teresópolis e Petrópolis, no entanto, foram rapidamente descartadas em razão de sua localização montanhosa. Outros locais também foram considerados, como regiões no estado de São Paulo e também em Minas Gerais. Por fim, em setembro de 1931, definiu-se a cidade de Resende, no Rio de Janeiro, como sede da nova Escola. Dentre seus atributos foram considerados a água em abundância, em razão de ser banhada pelo Rio Paraíba e o fácil acesso aos estados de Minas Gerais, São Paulo, intermediários do Rio de Janeiro. O Coronel, ao determinar a escolha do local, proferiu o seguinte discurso, descrito por Câmara (1985, p. 119):

É bem verdade que a nossa Escola não repousa num campo histórico de batalha. Contudo, se o majestoso Paraíba, que passa em silêncio por sua porta e banha esta terra dadivosa, não viu, outrora, o desfilar de lendárias caravelas, que levavam pelo mundo a civilização, guiou e assistiu à marcha arrojada daquele espantoso ondular de bandeiras, levando a cabo a obra ciclópica de desbravamento das regiões mais centrais do Brasil. Evoca, portanto, a bravura, a energia e a tenacidade dos nossos antepassados – a epopeia bandeirante. A Escola Militar, aqui construída emergindo do esplendor da natureza, num cenário tão portentoso, será um símbolo de grandeza do Brasil e da sua missão histórica, confiada às nossas gerações.

A Comissão Executiva visitou Resende em dezembro de 1931 para verificar o local provável da construção da nova Escola, as adequações a serem feitas no terreno para execução das atividades militares e também averiguar o estado sanitário e as condições climáticas do espaço em questão (ESTEVEZ, 2019).

Desta forma, o Ministro de Guerra Leite de Castro estabeleceu a concorrência para a seleção do projeto de construção da nova Escola, após a escolha do local que atendeu às condições para o exímio rendimento das funções de instrução militar. O projeto deveria

assegurar instalações apropriadas para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e treinamento físico-profissional e também para o conforto dos cadetes, comportando a instalação de repartições do Ensino Militar, no tocante às atividades de Artilharia, Automobilísticas, Pistas Equestres, entre outras determinações.

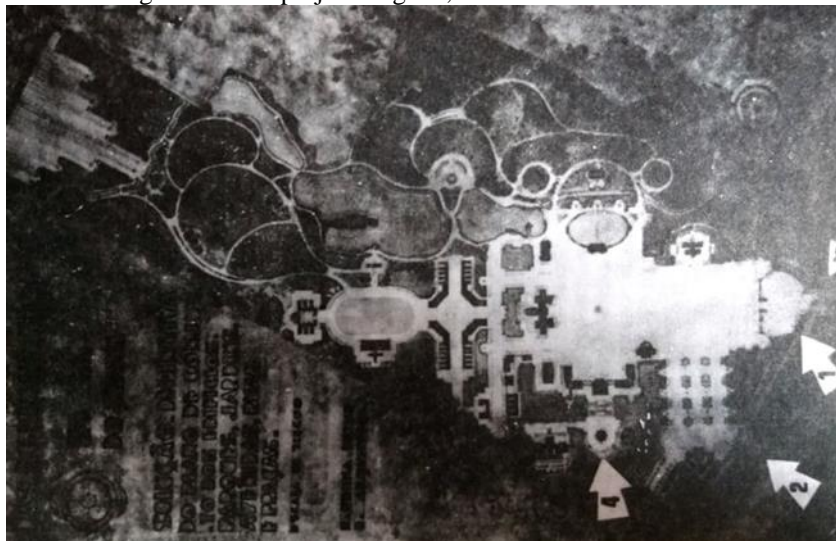
O projeto vencedor deveria conter as especificações pela Comissão, a saber (BRAILE NETO, 1944, p.60):

1. Três grandes edifícios – um para o quartel dos Cadetes, outros para o Comando e todos os seus órgãos, um terceiro que seria a Academia, esta organizada em departamentos;
2. uma grande área destinada aos desportos, inclusive os equestres, devendo a Escola dispor de um porto sobre o Paraíba, para canotagem, pontagem e natação e, mais, um aeroporto;
3. outra grande área para baias, parques, polígono de tiro e quartéis para contingentes especiais dos praças;
4. bairros residenciais para o pessoal em serviço na Escola e um grande hotel para oficiais solteiros, Círculo Militar e hospedagem dos visitantes.

Atendendo as exigências acima mencionadas, o anteprojeto vencedor da concorrência para a construção da nova Escola, foi o do Arquiteto Dr. Raul Penna Firme. O projetou destacou “o relevo, a hidrografia e a vegetação ambientes, bem como a importância da Estrada de Ferro e do Rio Paraíba, além de dirigir seu eixo maior para as Agulhas Negras”. (CÂMARA, 1985, p. 125).

A imagem abaixo ilustra o projeto apresentado pelo Dr. Raul Penna Firme, escolhido em 15 de janeiro de 1932.

Figura 9 - Anteprojeto original, vencedor da concorrência



FONTE: Livro Marechal José Pessôa – A Força de um ideal (CÂMARA, 1985, p.126)

O anteprojeto foi apresentado na EMR em 25 de janeiro de 1932, seguindo o modelo neoclássico sugerido por José Pessoa. Em 16 de fevereiro de 1932, o Comandante requereu a aprovação do respectivo projeto e oficiando ao arquiteto Raul Penna Firma a apresentar o projeto definitivo da nova Escola no prazo de 90 (noventa) dias. O financiamento para a construção da obra fora firmado após visita do Ministro Oswaldo Aranha, em 2 de setembro de 1933, informando que a obra estaria orçada em 60 (sessenta) mil contos, sendo diluídos do orçamento de 1934 e dos próximos 5 (cinco) anos, totalizando 10 (dez) mil contos anuais, como dispõe Câmara (1985).

A fim de demonstrar aos cadetes e à população de Resende a concretização do plano de transferência, o General José Pessoa definiu o lançamento da Pedra Fundamental da Nova Escola, um pedaço de rocha do pico das Agulhas Negras, em outubro de 1933. No entanto, a cerimônia para a inauguração da Pedra não ocorreu, ante a negatória de comparecimento das autoridades competentes, justificando que não havia nenhum procedimento oficial em andamento para a construção da nova Escola Militar. O Comandante, desapontado com a resposta, solicitou sua demissão do Comando da Escola Militar de Realengo, o qual foi negado pelo governo (CÂMARA, 1985).

Destarte, durante o andamento dos trâmites para a construção da nova Escola, surgiram questões financeiras, envolvendo a economia ruim em razão da queda da bolsa de valores em 1929, e burocráticas, interferindo na concretização do ideal, adiando, a execução do projeto de criação da nova Academia Militar (ESTEVES, 2019).

Completados 5 (cinco) meses do pedido de demissão protocolado pelo General José Pessoa, o então Comandante da EMR foi destituído de seu posto. O fato ocorreu após a nomeação de outro Ministro de Guerra e de uma revolta, que envolveu todos os cadetes da Escola Militar que resistiram às ordens e comandos de seus superiores (MOTTA, 2001).

A destituição do Comandante José Pessoa acarretou no esquecimento no ideal de Resende para sediar a nova Escola Militar. Somente em 1938 o assunto voltou a ser comentado, no entanto, se concretizou ainda mais tarde, em 1944 (MOTTA, 2001).

Durante este período foram criados mais três regulamentos. O Regulamento de 1934, instituído durante a gestão do Ministro de Guerra General Góes Monteiro, trouxe como principal modificação a ampliação da duração do curso de 3 (três) para 4 (quatro) anos. O ensino era dividido em 2 (duas) etapas, sendo a primeira o curso fundamental, com duração de 2 (dois) anos e a segunda, o ensino especializado, destinado a formação profissional das armas, também com duração de 2 (dois) anos (RODRIGUES, 2016).

No entanto, o Regulamento nem chegou a ser aplicado na EMR. Com a substituição do Ministro de Guerra, o Regulamento foi alterado e posteriormente suspenso. O Ministro atual determinou a volta da duração do curso para 3 (três) anos, a exclusão das disciplinas de Sociologia e Economia Política e a competência do comandante da escola para combinar ou fundir os regulamentos de 1929 e 1934, no tocante ao ensino prático e à administração escolar. Essa situação perdurou até o novo Regulamento, decretado em 1940 (MOTTA, 2001).

O Regulamento de 1940 foi instituído durante o regime autoritário do Estado Novo, durante a gestão do Ministro de Guerra General Eurico Gaspar Dutra. Ademais, o período foi marcado pela Segunda Guerra Mundial. Ele propôs o retorno da duração do curso de formação de oficiais para 04 (quatro) anos, se dividindo em duas etapas, sendo uma de instrução geral para os conhecimentos básicos com duração de 2 (dois) anos e uma de instrução profissional, também com duração de 2 (anos). O Regulamento de 1940 determinava ainda a eficiência e objetividade do ensino, a cooperação didática na organização das aulas, evitando-se o desperdício de tempo e a conexão das disciplinas e sua realização em tempo predeterminado (RODRIGUES, 2016).

As mudanças adotadas pelo Regulamento de 1940, sofreram influência do modelo americano, possivelmente em decorrência da realização da Missão Militar Americana, contratada em 1934. Motta (2001, p. 297) descreve as prescrições do Regulamento, que se assemelham às normas militares americanas, como o:

[...] preparo cuidadoso das lições, visando o rendimento do trabalho; utilização de linguagem clara e precisa, à altura dos discípulos; criação de clima de cooperação entre professor e discípulos; permissão para que os discípulos levantem questões sobre a matéria, visando esclarecimentos; lançamento de vistas retrospectivas sobre os assuntos dados, para que os discípulos adquiram uma visão do conjunto da matéria; ação visando criar hábitos de trabalho mental, de atenção e reflexão, espírito de ordem e método, espírito de análise e síntese; cuidado permanente com o aproveitamento do discípulo e com o rendimento do ensino.

A duração do Regulamento de 1940 foi breve e em 1942, surge um novo Regulamento. No entanto, em sua maioria, repetia o texto anterior, de 1940. Houve uma notável modificação, determinando a volta da duração do curso de formação a 3 (três) anos, não havendo grandes mudanças na grade de ensino (RODRIGUES, 2016).

Motta (2001) define a importância do Regulamento de 1942, em razão de ser o último Regulamento aplicado na Escola Militar do Realengo, visto que o plano de mudança para Resende, foi retomado em 1938 e a construção do prédio da nova sede estava adiantada

em 1942. Desta forma, o Decreto nº 6.012, de 19 de novembro de 1943 determinou o encerramento das atividades na EMR, em 31 de dezembro de 1944 e o funcionamento da Escola Militar de Resende em 1º de janeiro do mesmo ano.

2.4 A CONCRETIZAÇÃO DO IDEAL

Levara alguns anos, porém o projeto de criação da nova Academia Militar idealizado pelo Marechal José Pessoa foi restabelecido. Ao fim de 1937, o ministro Eurico Gaspar Dutra, determinou o desarquivamento das plantas para a construção da nova Escola, ao Diretor de Engenharia, General Manoel Rabello, que noticiou ao jornal *Correio da Manhã* a retomada do projeto. Desta forma, o General estabeleceu a criação de uma comissão para definir o local a ser construída a Academia, semelhante à “Pequena Cruzada”. As exigências consideradas pela Comissão para a escolha do local se aproximavam àquelas impostas pelo ilustre General José Pessoa, como o clima ameno e a necessidade de curso de água (ESTEVES, 2019).

A escolha definitiva de Resende para sediar a nova Academia Militar foi concretizada por meio de Decreto-Lei, em abril de 1938. O General Rabello convidou o Dr. Raul Penna Firme, criador do primeiro anteprojeto original de construção da nova Escola Militar, para ser o Arquiteto-Chefe da Comissão Construtora da Nova Escola. O Marechal José Pessoa também foi chamado para participar da Diretoria de Execução da obra, que, por sua vez, aceitou prontamente o convite, enfatizando que este sempre fora seu objetivo enquanto Comandante da EMR. Sua participação da execução do plano era louvável, assessorando a Comissão no que fosse pertinente. Ainda em 1938, houve o lançamento da Pedra Fundamental, em 29 de junho, pelo Presidente Getúlio Vargas. Estiveram presentes diversas autoridades, inclusive o Marechal José Pessoa, chegando no decorrer da celebração. Na cerimônia, foram-lhes tecidos elogios e glorificações ante a idealização do projeto de transferência (CÂMARA, 1985).

Conforme Esteves (2019), as obras foram iniciadas em 1939 e findadas em 1944. Foi criada a Comissão Construtora, que veio a se instalar no terreno da Chácara das Sementes do Horto Florestal. O Marechal José Pessoa acompanhava a execução da construção, elaborando sugestões de melhorias.

Câmara (1985, p. 155-156) pontuou a estrutura dos blocos da nova Escola, da seguinte forma:

O núcleo onde se instalará o Comando da Escola, onde os Cadetes passarão grande parte da vida escolar, isto é, nas salas de aula, de conferências, laboratórios, biblioteca, alojamentos, refeitório, etc., está condensado no Conjunto Principal, grupo de massas arquitetônicas, muito bem distribuído e adequado a sua finalidade; com área de pisos igual a 51 mil metros quadrados, já entrou em sua fase terminal, faltando apenas o revestimento interno e alguns acabamentos. (...) o Conjunto dos Parques das Armas, com 40 edificações, correspondendo a uma área coberta de 21 mil metros quadrados destinados a pavilhões de instrução, baias, boxes e depósitos de materiais. Diretamente ligado a esse conjunto já está pronto o terrapleno destinado ao Campo de Equitação, com dois picadeiros já quase prontos. A guarda, a conservação, e a limpeza de todos os materiais de instrução, armamentos e animais exigem pessoa e maquinaria adequada. Por isso, nas proximidades desses conjuntos já está construído o Quartel para o Contingente da Escola, com 3.456 metros quadrados de área de pisos; e com a estrutura de concreto armado pronta, iniciando-se a cobertura, o edifício destinado às oficinas de reparações, com 4.134 metros quadrados de pisos.

A imagem abaixo expõe o prédio do Conjunto Principal.

Figura 10 - Construção do Conjunto Principal vista de frente



FONTE: Livro Marechal José Pessôa – A Força de um ideal (CÂMARA, 1985, p.157).

Em setembro de 1943, após a finalização das obras na nova Academia Militar, foi realizada a última homenagem ao Coronel José Pessôa. O Coronel Mário Travassos, entregou ao Marechal uma miniatura em ouro do espadim do Cadete. O símbolo é uma das criações do próprio Marechal, enquanto Comandante da EMR (CÂMARA, 1985).

A Escola Militar de Resende foi finalmente criada em 19 de novembro de 1943, por meio do Decreto nº 6.012. Suas atividades se iniciariam em 1º de janeiro de 1944, funcionando concomitantemente à Escola Militar do Realengo, até 31 de dezembro de 1944, quando a EMR seria extinta. Isso ocorreu para possibilitar a finalização do ciclo letivo dos cadetes, que se findou em 1945. A solenidade para entrada dos novos Cadetes ocorreu em abril de 1944. Em 1945, a nova Escola recebeu um grande volume com a chegada dos Cadetes, com contratação de mais professores e instrutores (ESTEVEVES, 2019).

Foi definido como Comandante da Escola Militar de Resende, o Coronel Mário Travassos, de 1º de março a 10 de novembro de 1944, que em sua primeira Ordem do Dia,

homenageou o Marechal José Pessôa, enfatizando a realização de um sonho. A Ordem do Dia foi transcrita pelos jornais da época, como o *A Lira*, conforme trecho abaixo:

Cadetes! Acabais de chegar diante do marco fundamental de uma nova era para o Exército – as novas instalações da Escola Militar. Aqui existe quanto há de mais moderno para a saúde do corpo e do espírito. Nada falta para o completo beneficiamento do Cadete como matéria prima da Escola e para que o Aspirante, como produto acabado, saia perfeito. Até mesmo nós os mais velhos – os vossos chefes, Professores e Instrutores – estamos sentindo os mágicos efeitos da nova maquinaria, com que teremos de manipular as vossas energias físicas, morais e intelectuais. É o divino fenômeno do eterno renascimento das coisas que se manifesta. Somos os pioneiros dessa nova jornada. A Escola Militar de Resende será o que dela fizerem as vibrações de nossa alma, de nossa fé na grandeza do Exército e na defesa da Pátria. Dentre os pioneiros sois vós – os cadetes que primeiro transpõem os umbrais da nova Escola Militar – justo os que, ao lado dessa gloriosa destinação, já agora histórica, suportarão todo o peso (*sic.*) dessa soberba massa arquitetônica que vos espera como ao seu primeiro halo de vida. (...) “General Affonseca: a chave com que simbolicamente acabais de entregar-me a obra monumental a que vindes dedicando, com os vossos auxiliares, as máximas energias de vossas brilhantes capacidades, não abre apenas materialmente esse palácio encantado às novas gerações de Oficiais, senão, em verdade, à nova era do Exército Nacional, que os propósitos do Exmo. Sr. Presidente e Ministro da Guerra tiveram em vista com a realização da nova Escola Militar, o grande sonho que o General José Pessôa, há mais de dois lustros, sonhou”.

Por sua vez, o Almanaque do “O Municipal” (BRAILE NETO, 1944) evidenciou os aspectos da nova Academia, destacando que a Escola Militar de Resende oferecia em suas instalações, o conforto necessário para a formação do Cadete. Ademais, a Escola ofertava aos seus futuros oficiais valores morais e profissionais.

A última batalha a ser enfrentada pelo Marechal José Pessôa, foi quanto ao nome estabelecido para a nova Escola. O nome escolhido pelo General à época da “Pequena Cruzada” foi Academia Militar das Agulhas Negras. O nome escolhido por José Pessôa abordava preceitos históricos, geográficos e simbólicos. As “Agulhas Negras” faz menção ao Parque Nacional do Itatiaia, na Serra da Mantiqueira. A mudança no nome foi determinada através do Decreto Presidencial nº 23, de 23 de abril de 1951. A modificação foi possível por meio do novo governo de Getúlio Vargas, eleito em 1950, que conhecia os detalhes do ideal do Coronel José Pessôa desde 1931 (ESTEVEZ, 2019).

Atualmente, a Academia Militar das Agulhas Negras ainda é sediada em Resende e completou em 2019, setenta e cinco anos no município.

4 REFERENCIAL METODOLÓGICO E PROCEDIMENTOS

Com a finalidade de explorar a história da Academia Militas das Agulhas Negras, foram desenvolvidas as seguintes indagações: quais aspectos influenciaram na transferência da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, para Resende e como ocorreu a seleção do município para sediar a nova Escola Militar?

Em tese, o grande idealizador da transferência e criação da nova Escola foi o Marechal José Pessôa. Foram diversos os fatores que intervíram na escolha de Resende, destacando-se o estratégico e geográfico, em observação ao cenário político da época.

Desta forma, é importante destacar o objetivo geral deste Trabalho de Conclusão de Curso, qual seja, examinar os fatores que influenciaram na transferência da EMR para Resende e a contribuição do Marechal José Pessôa nesta mudança histórica.

Quanto aos objetivos específicos, foi preciso identificar os antecedentes da transição da Escola Militar do Realengo para Resende, analisar o cenário político da época e sua interferência no curso de formação de oficiais do Exército Brasileiro, bem como as criações contempladas pelo Marechal José Pessôa e explorar quais aspectos foram considerados pela Comissão responsável na definição da localidade onde seria construída a nova Escola Militar.

Para a realização do trabalho, foram adotados procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, através da revisão de literatura, com o escopo de construir uma linha histórica até o momento de criação da AMAN.

Durante a realização da pesquisa, destacaram-se os livros de autoria do Tenente-Coronel Hiram de Freitas Câmara, Marechal José Pessôa – A Força de um Ideal (1985) e Jehovah Motta, Formação Oficial do Exército (2001).

Ademais, foram coletados dados a partir de dissertações e monografias, para complementar a pesquisa, a fim de buscar fontes atuais a respeito do assunto. O instrumento de coleta foi o fichamento.

Por fim, a finalidade do trabalho é apontar os fatores que permitiram a transferência da Escola Militar do Realengo para Resende, analisando os antecedentes à AMAN e a atuação do Coronel José Pessôa.

5 RESULTADO E ANÁLISE DE DADOS

As problemáticas abordadas durante a execução desta pesquisa, apresentaram os resultados traçados no tópico a seguir.

5.1 RESULTADOS

Era incontestável a necessidade de modificações no Exército, tanto em sua estrutura e forma de ensino, bem como na infraestrutura da sede da Escola Militar. Desta forma, durante a execução da pesquisa, foi possível identificar as causas das mudanças ocorridas no ensino militar, especialmente quanto à transferência da Escola Militar para Resende, bem como sua relevância na formação do Oficial do Exército. Também se constatou as razões que motivaram a escolha de Resende, na região sul do Rio Janeiro, para abrigar a nova Escola Militar.

Faz-se necessário destacar a importância do Marechal José Pessôa nas mudanças ocorridas no Ensino Militar. O Marechal, com o objetivo de oferecer um ensino de qualidade aos cadetes, foi o responsável pelo início das reformas, com a apresentação de melhorias nos prédios da Escola Militar de Realengo, bem como com a criação de novos uniformes e revalorização do título de Cadete até a concretização de seu ideal, com a transferência da EMR para Resende.

Para que a mudança ocorresse, foi preciso que o Marechal presenciasse os problemas que afetavam a formação militar, desde a interferência política ao despreparo dos Oficiais instrutores, motivando-o a planejar uma reforma no ensino militar, criando uma série de inovações, a fim de impulsionar a carreira militar.

A pesquisa abordou dois momentos. Inicialmente, a Escola Militar do Realengo sofrera mudanças em sua didática de ensino, apontando a relevância do ensino técnico-científico militar, englobando ainda as reformas infra estruturais em seus blocos. Posteriormente, a transferência e criação da Escola Militar de Resende, possibilitou aos Cadetes uma maior qualidade em suas formações. É importante ressaltar que a escolha de Resende para sediar a nova Escola foi estratégica e pontual, para afastar os Oficiais do caos político.

5.2 ANÁLISE DE DADOS

Através dos resultados anteriormente apontados, é possível tecer algumas observações. A transferência da Escola Militar do Realengo para a cidade de Resende possibilitou uma formação de qualidade aos oficiais do Exército, apresentando melhorias em sua sistemática de ensino e também em sua estrutura acadêmica.

A escolha do município de Resende para sediar a nova Escola, atendeu a alguns requisitos listados por Câmara (1985, p. 115) como “[...] clima ameno, curso de água compatível com a realização das atividades militares, área com espaço suficiente e com terrenos variados para a instrução militar [...]”, englobando aspectos fisiográficos e sociais, entre outros. Ademais, a cidade possuía uma localização estratégica, entre Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

O fator político também foi considerado para a seleção de Resende. Era necessário a escolha de um local afastado da Capital Federal, a fim de evitar o envolvimento de Cadetes e Oficiais em movimentos políticos e revoltas, como já ocorrido anteriormente, destacando-se a Revolta da Vacina Obrigatória, que resultou no fechamento da EMPV. Para tanto, o ideal era a eleição de uma cidade localizada a até 200 quilômetros da Capital, fora das interferências políticas centrais.

O ideal do Marechal José Pessôa foi fundamental para iniciar as modificações ocorridas no ensino militar, com o estabelecimento de planos e seleção do local para a construção da nova Escola.

Deste modo, é inegável a relevância da participação do Marechal na transformação do ensino militar, visto que o mesmo buscou com todos os esforços alcançar o seu ideal, apesar dos obstáculos, como o adiamento do lançamento da Pedra Fundamental na sede da nova Escola.

Os resultados e dados apontados conduziram a conclusões para esta pesquisa, que serão abordadas no capítulo a seguir.

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo apontar os principais fatores que motivaram a transferência da Escola Militar do Realengo para a cidade de Resende, bem como identificar a relevância do Marechal José Pessoa na reforma e as razões que o incentivou a idealizar estas modificações.

Por conseguinte, entende-se que o ideal de José Pessoa em fundar uma nova Escola Militar foi o grande responsável pela transferência, destacando sua persistência nas tentativas de concretizá-lo, enfatizando a necessidade de reformular a estrutura de formação dos Oficiais do Exército Brasileiro.

Ressalta-se que os fatores que culminaram na reforma idealizada por José Pessoa, se basearam em fatos históricos presenciados por ele, como as constantes revoltas envolvendo cadetes e oficiais do Exército, bem como realização de missões internacionais. Estas experiências o fez defender a realização de profundas mudanças na formação dos Oficiais do Exército. Sua contribuição não tem apoio somente na transferência da sede da EMR para Resende, mas também na criação de novos uniformes, definição de um brasão para representar a Escola Militar, criação do simbolo do espadim, entre outros feitos, mencionados no decorrer da pesquisa.

Quanto à escolha da cidade de Resende para sediar a Escola Militar, foram considerados os aspectos políticos, estratégicos e fisiográficos. O aspecto político, para afastar os jovens Cadetes dos movimentos ocorridos na época, e estratégicos e fisiográficos em razão da localização de Resende, a proximidade do rio Paraíba e o clima ameno do local, proporcionado a melhor execução das atividades físicas.

Através dos fatos apontados durante a pesquisa, restou clara, a importância do Marechal José Pessoa na estruturação do ensino militar. Sua vivência possibilitou a idealização de uma série de modificações na formação do Oficial do Exército. Ao assumir o posto de Comandante da Escola Militar do Realengo, em 1931, possuía a consciência da necessidade de mudanças no ensino militar e na estrutura física da escola, trabalhando para realizar reformas estruturais e melhorias físicas na EMR. Suas criações enquanto Comandante como o Corpo de Cadetes, o uniforme e o espadim promoveram a valorização do Cadete. Notável ainda, sua relevância no processo de seleção da cidade de Resende para a construção da nova Escola, através da Pequena Cruzada. Os empecilhos, como o lançamento frustrado da Pedra Fundamental da nova Escola, não o afastaram de seu ideal, retomado no final de 1937. Embora a demora em sua concretização, o Marechal sempre persistiu, colaborando com todos

os procedimentos necessários para criação da nova Escola, até a sua inauguração, em 1944.

Por fim, é importante ressaltar que as mudanças idealizadas pelo Marechal José Pessoa perduram até a atualidade, influenciando na formação dos Oficiais do Exército Brasileiro, especialmente quanto à definição da sede, visto que Resende ainda abriga a antiga Escola Militar de Resende e hoje, a honrada Academia Militar das Agulhas Negras.

REFERÊNCIAS

- AMAN. Academia Militar das Agulhas Negras. Disponível em: <http://www.aman.eb.mil.br/>. Acesso em: 28 abril 2020.
- BEZERRA, Eduardo. Escola Militar da Praia Vermelha (EMPV). Fotografia. Urca, Rio de Janeiro: 1888. Disponível em: <https://cutt.ly/ryvqkJC>. Acesso em: 02 março 2020.
- BRAILE NETO, P. (org.). 1944 – Resende no seu ducentésimo ano de existência. **Almanaque do “O Municipal”**. Resende-RJ. 1944.
- CÂMARA, Hiram de Freitas. **Marechal José Pessôa: A Força de um Ideal**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985.
- CÂMARA, Hiram de Freitas. **Marechal José Pessôa: o ideal alcançado**. Revista DaCultura, São Paulo, v. 19, p. 38-49, Jan 2012.
- CANCIAN, Renato. **Revolução de 1930**: movimento revolucionário derrubou a República Velha. 2014. Disponível em: <https://cutt.ly/qyc6SG5>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- CASTRO, Celso; GAGLIARDI, Juliana. A revolta da Escola Militar da Praia Vermelha (1904). In: **Militares e Política**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009. pp. 47-64.
- ESTEVES, Alexandre Neves Lemos. **A Escola Militar de Resende: uma abordagem histórica da sede definitiva**. 2019. 64p. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Resende-RJ, 2019.
- FREYLER, Hugo. Escola de Guerra de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Fotografia. Rio Grande do Sul: 1911. Disponível em: <https://cutt.ly/9yvqxnm>. Acesso em: 18 março 2020.
- MALAN, Carlos José Sampaio. **100 anos da Missão Militar Francesa no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/Syc6IjM>. Acesso em: 04 abr. 2020.
- MARCUSSO, Marcus Fernandes. **A Escola Militar do Realengo e a formação do oficial do Exército Brasileiro (1904 1929)**. 2012. 227 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.
- MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do Exército**: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2001.
- RODRIGUES, Fernando da Silva. **História do ensino militar**: entre a teoria e a prática profissional no exército brasileiro (1889-1944). Revista Navigator, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 86-98, 2016.
- ROESLER, Rafael. **O impulso renovador**: a atuação da Missão Indígena na Escola Militar do Realengo (1919-1922). 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro-RJ, 2015.

ROESLER, Rafael. **História e Memória:** A Missão Indígena na Escola Militar do Realengo (1919-1922). XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, Rio de Janeiro: 2014. 15 p.

VIANA, Claudius Gomes de Aragão. **História, memória e patrimônio da Escola Militar do Realengo.** 2010. 176 p. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro-RJ, 2010.